

CENTRO ACADÊMICO PAULO FREIRE: UMA HISTÓRIA DE LUTA PELO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFCAT

Danilo Fernandes Lobato¹

Renata José de Melo²

Fernanda Welter Adams³

Simara Maria Tavares Nunes Simões⁴

Resumo: Este trabalho relata o processo de criação e estruturação do Centro Acadêmico Paulo Freire do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Catalão. O Curso foi criado em 2013 na Unidade Acadêmica Especial de Educação e a primeira turma ingressou em 2014/01 através de um processo seletivo especial. Esse curso é uma resposta de anos de lutas dos movimentos sociais do campo, que lutaram por uma educação do e no campo. Sendo assim, o Centro Acadêmico Paulo Freire foi uma resposta dos estudantes do Curso ao movimento de consolidação desta licenciatura dentro das Universidades públicas brasileiras, tendo lutado desde seu início por melhorias no Curso e na Instituição.

Palavras-Chaves: Centro Acadêmico, Educação do Campo, Movimento Social.

Introdução

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Catalão é resultado do edital de Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo). O Programa foi lançado em 2009 como uma chamada pública convocando as Universidades Federais para criação dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitações em: Linguagens e Códigos, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza e Matemática, Ciências Agrárias. Dessa forma a Unidade Acadêmica Especial de Educação da Universidade Federal de Catalão, na época Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão se inscreveu e foi contemplada com a criação do curso em 2013,

¹Universidade Luterana do Brasil/Campus Itumbiara. danilo.fernandes65@gmail.com

² Universidade Federal de Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Educação.
renatacatcity@hotmail.com

³ Licenciada em Química. Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Secretária Municipal de Educação

⁴Universidade Federal de Catalão/Unidade Acadêmica de Educação. simaramn@gmail.com

iniciando sua primeira turma no primeiro semestre letivo de 2014. De acordo com Caldart (2004, p. 19-20):

O movimento inicial da Educação do Campo foi o de uma articulação política de organizações e entidades para denúncia e luta por políticas públicas de educação no e do campo [...]. Ao mesmo tempo tem sido um movimento de reflexão pedagógica das experiências de resistência camponesa, constituindo a expressão, e aos poucos o conceito de Educação do Campo.

Rodrigues e Bonfim (2019 p.2) destacam que a educação do campo deve ser vista não apenas como modalidade de ensino, mas também como uma política pública que garanta à população do campo os mesmos direitos educacionais garantidos à população urbana, pois no decorrer da história essa modalidade educacional sempre foi deixada em segundo plano; não houve um investimento significativo pelos governantes para que se tivesse uma educação do campo condizente com a cultura e identidade dos povos do campo. Sempre foi essa bandeira que os movimentos sociais do campo levantaram; uma reivindicação democrática, uma vez que a população urbana recebe uma educação pensada de acordo com sua realidade.

Santos e Knaben (2015 p.5) inferem que, portanto, a Educação do Campo é uma ação educativa desenvolvida junto aos povos do campo incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas, entre outros, que fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações, os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida.

Sendo assim, esse movimento pela Educação do Campo chegou às Universidades com a criação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, licenciatura voltada para a formação de professores para atuação com os povos do campo, de forma que se atenda às especificidades e demandas desta população. Klein (2013, p. 35) aponta que a luta por uma escola de qualidade no campo deve ser refletida por um projeto de educação que considere os sujeitos do campo e suas especificidades. A autora destaca que “é momento de desconstruir o paradigma hegemônico que carrega a educação ofertada aos diversos sujeitos do campo”. Assim, surge a demanda pela formação de professores com visão do mundo do campo, com uma formação específica para atender às especificidades e expectativas dos povos do campo:

Importa destacar aqui que essas Licenciaturas têm uma marca constitutiva fundamental, que é o fato de já terem sido projetadas assumindo uma posição de classe, rompendo tradicionais paradigmas que afirmam a possibilidade da neutralidade da produção do conhecimento científico e das políticas educacionais. As LEdoCs são planejadas considerando-se a luta de classes no campo brasileiro e colocando-se como parte e ao lado do polo do trabalho,

assumindo e defendendo a educação como um direito e um bem público e social.

Faz parte do processo natural na existência de um curso de graduação movimentos de lutas e representatividades estudantis. Quando um curso novo é criado faz parte do processo que haja conflitos na instituição. Quando é um curso como o de Educação do Campo que surge atrelado à luta dos movimentos sociais do campo a rejeição e os pré-conceitos surgem mostrando a intolerância de um espaço que não foi pensado para que a população marginalizada acesse.

Nesse contexto que foi criado o Centro Acadêmico Paulo Freire em um curso que a todo momento sofreu tentativas de descredibilizar ao ponto de pessoas dentro da instituição afirmarem não ser um curso superior. Daí a importância do movimento estudantil: é através da organização e mobilização dos estudantes que a instituição se vê na obrigação de pensar um espaço mais democrático e acolhedor a todos os estudantes.

Job, Junior e Gomes (2017, p.264) salientam que em toda a história do Brasil foi recorrente a presença dos movimentos estudantis em busca da garantia de direitos já adquiridos e em busca de novos. Destacam ainda que os movimentos estudantis tiveram grande participação nas lutas pela democracia, da cultura, da justiça e educação. Os autores inferem que foi graças as lutas incessantes que a nação brasileira conquistou de volta a democracia, o direito ao voto nas eleições de seus representantes e continua lutando por todos os direitos violados ou ainda não conquistados.

Sendo assim, este trabalho relata a experiência de criação / implementação do Centro Acadêmico Paulo Freire no Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Goiás / Regional Catalão, Universidade Federal de Catalão em implementação. O objetivo é contar do ponto de vista dos discentes envolvidos no processo, todo o caminho trilhado para a construção de uma representação estudantil em um curso de lutas e criado a partir de movimento sociais.

Metodologia

Este trabalho se constitui se constitui em um relato de experiência: “Um relato de experiência é um estudo descritivo, qualitativo, com a finalidade de integrar conhecimentos teóricos e práticos na solidificação de uma aprendizagem científica“ (OLIVEIRA et al., 2014,



p. 170). Sendo assim, neste trabalho, pretende-se descrever a experiência de criação do Centro Acadêmico Paulo Freire do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Goiás / Regional Catalão, Universidade Federal de Catalão em implementação. Espera-se que este relato possa incentivar os atuais licenciandos do curso a reativarem o Centro Acadêmico e revitalizar a luta iniciada com a criação do mesmo.

Resultados e Discussão

Segundo ressaltam Costa et al. (2017 p. 5) em meio a diversos órgãos de representação de classe e que fazem parte da construção da cidadania se encontra o Centro Acadêmico (C.A.), que é o órgão de representatividade de alunos dentro de Instituições de Ensino Superior (IES). O Centro Acadêmico é vinculado ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) e a IES à qual pertence. O C.A. deve ser o centro do movimento estudantil dentro do curso que representa um papel importante para construção política da formação acadêmica:

O CA é a representação máxima do discente. É organizado e mantido pelos alunos de cada faculdade e funciona como elo de ligação entre os estudantes, a Coordenação e Direção da Instituição. Um dos seus propósitos é unir estudantes para atividades que podem ser realizadas durante o tempo de gestão (de 1 ano) de cada chapa que for eleita, para desempenhar o que foi proposto (FNEA, 2015, não paginado).

A Universidade Federal de Goiás (UFG), por ser uma Universidade grande, com Campus e Regionais, os órgãos estudantis são estruturados da seguinte forma: Centro Acadêmico (CA), Diretório Acadêmico (DA) e Diretório Central dos Estudantes (DCE). A Regional Catalão é composta por Unidades Acadêmicas que abrangem um ou mais cursos de graduação. Cada curso possui um Centro Acadêmico (CA). Todos os Centros Acadêmicos do Campus ou Regional é representado pelo DA e todos os Diretórios Acadêmicos são representados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE).

O Centro Acadêmico Paulo Freire foi criado no segundo semestre de 2014 com o intuito de reivindicar melhores condições de infraestrutura para o curso, bolsa permanência, reconhecimento do Curso pela instituição e para promover a união das turmas, uma vez que o curso é organizado em regime de alternância entre Tempo Comunidade e Tempo Universidade. No TU as atividades são desenvolvidas nos âmbitos da Universidade e no TC é normalmente proposto um trabalho de pesquisa a ser desenvolvido em uma comunidade rural da região: A organização curricular desta graduação prevê etapas presenciais (equivalentes a semestres de cursos regulares) ofertadas em regime de alternância entre tempo escola e tempo comunidade,

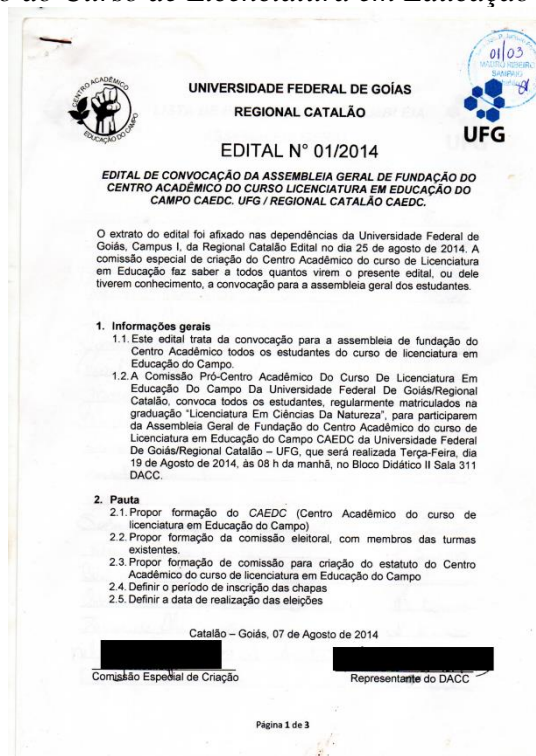
tendo em vista a articulação intrínseca entre educação e a realidade específica das populações do campo (MOLINA, SÁ, pg. 468).

Para a criação do Centro Acadêmico foi necessário buscar informação no Diretório Acadêmico dos Cursos de Catalão (DACC). No DACC os estudantes foram orientados sobre como funciona o Centro Acadêmico (CA) e orientados a formar um Comissão de Criação. Tal Comissão de Criação ficou responsável por orientar e os demais estudantes e para isso foi necessário mobiliar uma reunião com todos os estudantes no DACC para explicar aos estudantes sobre o que é e como funciona um CA.

No dia sete de agosto de 2014 através do edital n° 01/2014 (Figura 1) a Comissão de Criação convocou uma assembleia geral de fundação do Centro Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão para o dia 25 de agosto 2014. Foram fixados nas dependências da Universidade o edital de convocação que propunha as seguintes pautas: formação do CA do Curso de Licenciatura em Educação do Campo; formação da Comissão Eleitoral com os membros das turmas existentes; formação da Comissão para criação do estatuto do Centro Acadêmico; definir o período de inscrição das chapas; definir a data de realização das eleições. Acatando aos pedidos dos estudantes, que pediram para que a assembleia fosse antecipada, pois na data escolhida os estudantes estariam em Tempo Comunidade o que dificultaria a presença dos mesmos devido

a maioria dos estudantes residirem em cidades distantes, a assembleia foi realizada aos 19 dias do mês de Agosto de 2014.

Figura 1: Edital N° 01/2014 de Convocação da Assembleia Geral de fundação do Centro Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.



Fonte: Arquivo do Centro Acadêmico Paulo Freire.

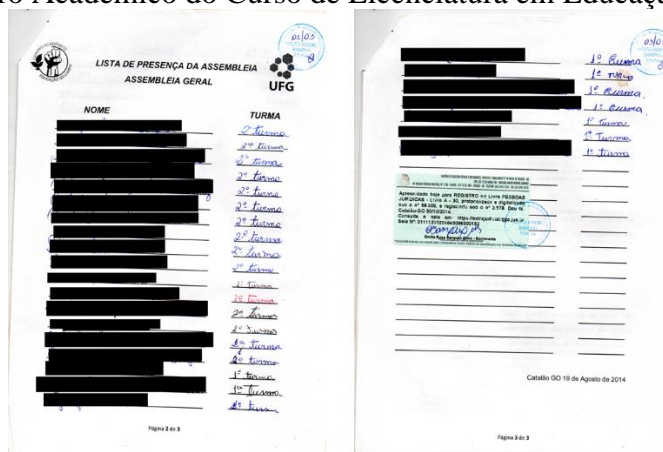
Na assembleia foi definido o presidente e secretariado que coordenaria e ficariam responsáveis por registrar em ata a fundação da entidade, colher as assinaturas dos estudantes presentes e escolher a comissão eleitoral, também foi votado o nome para o CA que não constava no edital, mas foi proposto e votado. A Próxima etapa foi a criação do estatuto que regeria o Centro Acadêmico Paulo Freire. Barros (2021) delinea a importância do estatuto sendo por meio dele que se declara a existência da entidade e nele estão inseridas as normas constitutivas de qualquer associação. Destaca ainda que não por acaso é comum que se chame o estatuto de certidão de nascimento da pessoa jurídica. O autor infere ainda que sem o estatuto a instituição pode até existir fisicamente, mas não para a lei; é aí que se vê a sua real importância: sem o estatuto social, a pessoa jurídica não está regularizada.

A etapa de criação do estatuto é sem dúvida a mais importante e também a mais trabalhosa. É nele que deve conter todas as pautas de luta, compromissos e o tipo de gestão. Buscando uma gestão democrática, o estatuto do CA Paulo Freire prevê a gestão Colegiada

Coordenada. Diferente de uma gestão presidencial a gestão Colegiada Coordenada garante a participação em coordenadorias de mais de um membro garantindo sempre as opiniões de todos os coordenadores na tomada de quaisquer decisões.

Após escolher qual o tipo de gestão e os princípios que norteariam e regeriam o estatuto, realizar a eleição foi a próxima etapa, além do registro em cartório. Foi necessário realizar uma nova assembleia para aprovação do estatuto. Também foi preciso que na assembleia de criação do Centro Acadêmico se elaborou uma lista (Figura 2) com o nome de todos os participantes, pois existe uma quantidade mínima de participantes para poder se fundar um Centro Acadêmico. Essa quantidade não pode ser inferior à um terço dos estudantes matriculados no curso no momento da criação. Essa lista é solicitada na hora do registro do estatuto em cartório.

Figura 2: Assinaturas autenticadas da Lista dos participantes da Assembleia Geral de fundação do Centro Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

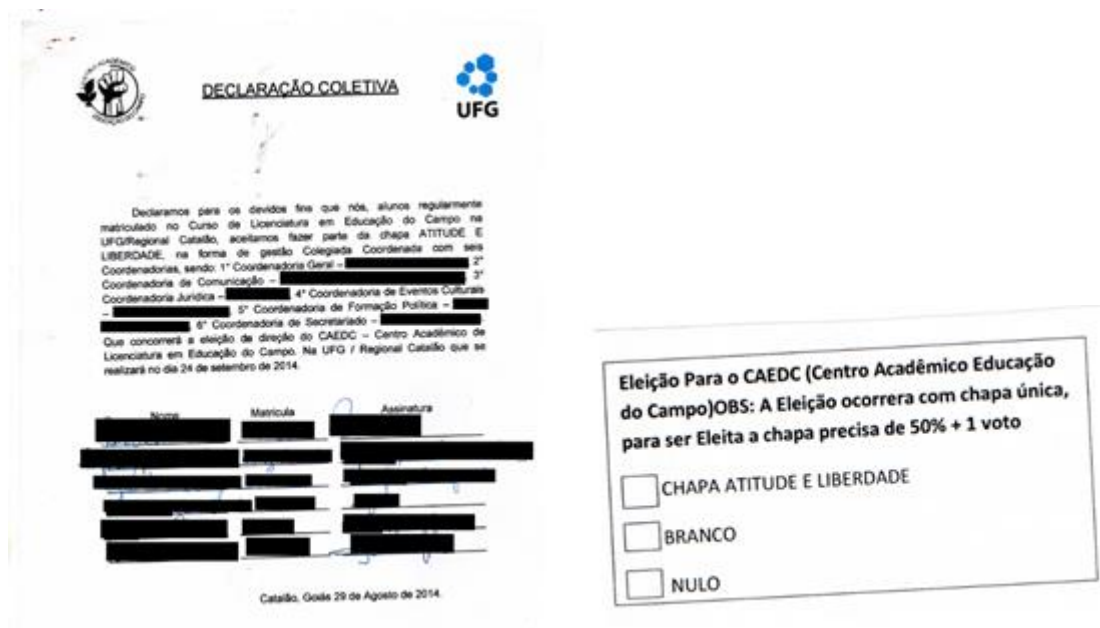


Fonte: Arquivo do Centro Acadêmico Paulo Freire.

Para se realizar a eleição foram escolhidos em assembleia dois representantes de cada turma existente, sendo a comissão composta por quatro pessoas, pois no momento de criação existiam apenas duas turmas. Foi publicado e anexado nas dependências da então Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão o edital n° 02/2014 convocando para eleições à diretoria do Centro Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. O edital continha cinco páginas e os seguintes tópicos: da eleição; das atribuições; dos requisitos para candidatar-se; dos eleitores; das inscrições; da realização das eleições e apuração dos votos e por fim das disposições gerais e transitórias. O edital continha no final as assinaturas dos membros da comissão de eleições.

O edital foi publicado no dia 27 de Agosto de 2014 com o período de inscrição do dia 28 de Agosto de 2014 a 06 de Setembro de 2014. Para inscrever-se era necessário apresentar a inscrição como uma declaração coletiva assinada por todos os membros da chapa. Na declaração deveria conter o nome da chapa (Figura 4). O modelo de declaração foi entregue pela comissão de eleição e as eleições foram realizadas no dia 24 de Setembro de 2019 e apenas uma chapa foi inscrita nas eleições, a chapa Atitude e Liberdade, que concorreu como chapa única como mostra a cédula eleitoral como mostrado na Figura 4.

Figura 4: Declaração coletiva da chapa Atitude e Liberdade e Cédula eleitoral das eleições do Centro Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.



Fonte: Arquivo do Centro Acadêmico Paulo Freire.

A chapa para ser eleita tinha que ter 50% mais um voto. A chapa foi eleita com 97% dos votos. Na eleição também tem que ter uma quantidade mínima de eleitores e essa quantidade tem que ser no mínimo um terço dos eleitores; caso contrário a eleição é cancelada e a comissão eleitoral tem que lançar outro edital com no mínimo 15 dias.

A parte mais burocrática de toda essa etapa foi registrar o Centro Acadêmico Paulo Freire do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da então Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, hoje Universidade Federal de Catalão. Foi preciso ata de fundação, ata do estatuto e versão impressa, ata de eleição e lista com a assinatura dos estudantes da assembleia de fundação. Da ata de fundação ao estatuto é necessário o carimbo de um advogado



com registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A Coordenação do Centro Acadêmico conseguiu que uma advogada da Prefeitura Municipal de Catalão carimbasse as páginas. Quanto ao pagamento dos custos de registro o Centro Acadêmico Paulo Freire conseguiu doações de grande parte do valor através de parceria com Associação dos Docentes do Campus Catalão/UFG – (ADCAC); o restante foi obtido através de doação da Coordenadoria Geral do Centro Acadêmico Paulo Freire.

O Centro Acadêmico contou com a participação de seis coordenadores, mas é obrigatório um coordenador (a) para cada coordenadoria não tendo uma delimitação de número máximo de coordenadores, desde que sejam regulamente matriculados. As coordenadorias devem representar o CA junto aos estudantes, autoridades, outras entidades e a população em geral. O CA foi composto pelas seguintes coordenadorias: Coordenadoria Geral; Coordenadoria de Comunicação; Coordenadoria de Jurídica; Coordenadoria de Eventos Culturais; Coordenadoria de Formação Política; Coordenadoria de Secretariado. Cada coordenadoria tem suas atribuições que estão pautadas no estatuto, mas as principais de todas as coordenadorias juntas são de deliberação coletiva, deverão representar o CA junto aos estudantes, autoridades, outras entidades e a população em geral, as coordenadorias deverão orientar e coordenar as atividades dos estudantes membros do CA, de acordo com este estatuto e com as resoluções da Assembleia Geral.

Uma das principais conquistas foi criar e lutar pelo reconhecimento do Centro Acadêmico e dar visibilidade para o mesmo. Também foi conquista do CA representantes nas reuniões de colegiado, uma vez que na Unidade Acadêmica Especial de Educação (UAEE) da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão atualmente Universidade Federal de Catalão não tinha a cultura de ter representantes discentes nas reuniões mesmo que constasse no regimento. O CA lutou e conseguiu que a Universidade efetuasse o pagamento do auxílio permanência que estava em atraso; reivindicou melhorias para melhor funcionamento do curso já que no início do curso os educandos não tinham permissão para ter aulas nos blocos didáticos. O CA ainda lutou junto as demais entidades estudantis por pautas que não se restringiram apenas ao curso, mas por melhorias para Universidade de modo geral, como por exemplo a Moradia Estudantil, conquista que está em fase final de construção, já com a aquisição dos móveis tendo sido realizada.

Considerações Finais

Não é incomum dentro da Universidade ouvir discursos que buscam deslegitimar entidades estudantis ou de descredibilizar a luta do movimento estudantil. Daí a busca por

construir uma entidade que lute pelo direito dos estudantes e que traga pautas relevantes para construção de um espaço democrático. Para além disso o Centro Acadêmico Paulo Freire lutou ainda pelo reconhecimento do Curso de Licenciatura em Educação do Campo dentro da instituição. Por ser um este curso que emergiu da luta dos movimentos sociais do campo houve um pré-conceito e estranhamento das demais entidades dentro da instituição com o curso.

Um dos motivos da criação do Centro Acadêmico foi representar o Curso nas reuniões de colegiado e levar as pautas dos estudantes para a mesma. Em um momento foi informado aos reivindicantes que seria necessário que fosse fundado o Centro Acadêmico para que pudessem ter legitimidade no colegiado. Após todo trabalho de fundar, registrar, foi informado a coordenadoria do CA que não era possível. A instituição, de forma arbitrária, deslegitimou o Centro Acadêmico Paulo Freire e lesou a representatividade do mesmo usando como motivo um regimento que tira a representatividade do CA e faz com que as coordenações dos cursos roubem o protagonismo dos Centros Acadêmicos e promovam eleições para a escolha dos representantes. Representantes estes que não necessitam ter comprometimento com a causa estudantil, mas de apenas representar.

Por isso é importante a luta por uma democracia e por melhorias no curso e na gestão. É importante que a entidade exerça seu papel de representatividade dos discentes e busque trazer interação entre os estudantes, pois é através da união dos mesmos que o movimento estudantil ganha força. Além da formação política que é proporcionada através da prática.

Referências Bibliográficas

BARROS, C. **Estatuto social e regimento interno: importância para as organizações sem fins lucrativos e processo de formalização.** COLUCCI. 2021.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COSTA, M. de F. O.; SILVEIRA, T. C. F.; SOUZA, I. L.; BRÁZ, G. de S.; EUFRÁSIO, M. M. D. F. O Papel do Centro Acadêmico na Formação Cidadã do Universitário: um estudo de caso dos usuários do CABIRG/UFC. Revista **Folha de rosto em Biblioteconomia e Ciência da Informação.** v.3, n. 1, p. 5-15, jan./jun., 2017.

FEDERAÇÃO Nacional dos Estudantes de Administração. **O que é um C.A.** Disponível em: <http://www.fenead.org.br/portal/node/30> Acesso em: 20 maio 2015.

JOB, A. C. G.; JUNIOR, C. A. H. P.; GOMES, A. A. **A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO E DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS NA LUTA PELOS DIREITOS NO BRASIL.** Anais Seminário Educação, Cruz Alta, v. 5, n. 1, 2017.

KLEIN, S. F. **Educação do campo: um estudo sobre cultura e currículo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Crubixá - Alfredo Chaves – Espírito Santo.** 2013. 225 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

OLIVEIRA, J. M. M.; ARAÚJO, J. P. C.; LIMA, H. C. F.; LUCENA, P. S.; FARIAS, P. H. S.; MENEZES, R. M. P.; O cuidado de enfermagem na visita domiciliar gerontológica: uma perspectiva humanística. **Cienc Cuid Saude** 2013 Jan/Mar; 12(1):170-176.

MOLINA, M. C., SÁ, L. M., **Licenciatura em Educação do Campo.** In **Dicionário da Educação do Campo.** / Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

PATIAS, N. D.; HOHENDORFF, J. V.; CRITÉRIOS DE QUALIDADE PARA ARTIGOS DE PESQUISA QUALITATIVA. **Psicol. estud.**, v. 24, e43536, 2019.

RODRIGUES, H. C. C.; BONFIM, H. C. C. **A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEUS ASPECTOS LEGAIS.** XIII Congresso Nacional de Educação – EDUCARE, IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSSE, IV Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/CÁTEDRA UNESCO) Curitiba – Paraná, 2019.

SANTOS, J. F. A. KNABEN, A.; **A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO DE REVISÃO.** Disponível em <http://educapes.capes.gov.br/handle/1884/38394>. Aceso em 11 de maio de 2021.